

A Doutrina da Justificação pela Fé



John Owen (1616-1683)

**Traduzido, Adaptado e
Editado por Silvio Dutra**

Jan/2018

O97

Owen, John – 1616-1683

A doutrina da justificação pela fé / John Owen

Tradução, adaptação e edição por Silvio Dutra – Rio de Janeiro, 2018.

531p.; 14,8 x 21cm

1. Teologia. 2. Vida Cristã 2. Graça 3. Fé. 4. Alves,
Silvio Dutra I. Título

CDD 230

Sumário

Considerações Gerais, Anteriormente Necessárias para a Explicação da Doutrina da Justificação	5
Capítulo 1. - Justificação pela Fé; as Causas e o Objeto dela Declarados	102
Capítulo 2. - A Natureza da Fé Justificadora	145
Capítulo 3. - O Uso da Fé na Justificação; Seu Objeto Especial Mais Evidenciado	169
Capítulo 4. - Justificação; a Noção e a Significação da Palavra na Escritura	189
Capítulo 5. - A Distinção de Uma Primeira e Segunda Justificação Examinada - A Continuação e Justificação: - Do que isso Depende	215
Capítulo 6. - Justiça Pessoal Evangélica, A Natureza e Uso Disto – Juízo Final e Sua Relação com a Justificação	243
Capítulo 7. - Imputação, e a Natureza disso; com a Imputação da Justiça de Cristo em Particular	259
Capítulo 8. - Imputação dos Pecados da Igreja a Cristo - Fundamentos disso - A Natureza da sua Segurança - Causas Da Nova Aliança - Cristo e a Igreja uma Pessoa Mística – Consequências disso	279

Capítulo 9. - A Causa Formal de Justificação ou a Justiça sobre a Conta do que os Crentes São Justificados Diante de Deus - Objeções Respondidas	311
Capítulo 10. - Argumentos para a Justificação pela Imputação da Justiça de Cristo. O Primeiro Argumento da Natureza e Uso de Nossa Própria Justiça Pessoal	319
Capítulo 11. - A Natureza da Obediência que Deus Exige de Nós - A Obrigação Eterna da Lei	337
Capítulo 12 - A Imputação da Obediência de Cristo à Lei, Declarada e Indicada	358
Capítulo 13. - A Natureza da Justificação Proxada pela Diferença das Alianças	390
Capítulo 14. - A Exclusão de Todos os Ofícios de Obras em um Interesse na Justificação - O que é Destinado à "Lei" e às "Obras" nas Epístolas de Paulo	395
Capítulo 15. - Fé Somente	417
Capítulo 16. - A Verdade Fartamente Confirmada por Testemunhos das Escrituras – Jeremias 23.6	424
Capítulo 17. - Testemunhos dos Evangelistas.	432

Capítulo 18. - A Natureza da Justificação como Declarada nas Epístolas de Paulo, Especialmente Romanos 3,4,5,10; 1 Coríntios 1:30; 5:21; Gálatas 2:16; Efésios 2: 8-10; Filipenses 3: 8,9	446
--	------------

Considerações Gerais, Anteriormente Necessárias para a Explicação da Doutrina da Justificação

Para que possamos tratar a doutrina da justificação de forma útil para os seus fins próprios, que são a glória de Deus em Cristo, com a paz e adiantamento da obediência dos crentes, algumas coisas devem ser previamente consideradas, que devemos ter respeito em todo o processo do nosso discurso. E, entre outras, que possam ser insistidas no mesmo propósito, estas não devem ser omitidas:

1. O primeiro inquérito sobre este assunto, em uma maneira de dever, é sobre o bom alívio da consciência de um pecador pressionado e perplexo com um sentimento de culpa do pecado. Porque a justificação é o caminho e o meio pelo qual essa pessoa obtém aceitação diante de Deus, com um direito e um título para uma herança celestial. E nada é plausível nessa causa, senão o que um

homem poderia falar em sua própria consciência nesse estado, ou para a consciência de outro, quando ele está ansioso por essa indagação. Portanto, a pessoa sob consideração (isto é, quem deve ser justificado) é aquele que, em si mesmo, é ajsezhv, Romanos 4: 5, - "ímpio", e sobre isso uJpo dikov tw Tew, cap. 3:19, - "culpado diante de Deus", isto é, desagradável, sujeito, responsável, tw ~dikaiw matitou Teou, cap. 1:32, - "para o justo juízo sentencial de Deus, aquele que comete pecado", que é de qualquer forma culpado, é "digno da morte". Aqui, essa pessoa se encontra kata gat, Gálatas 3:10 - sob "a maldição" e "a ira de Deus", permanecendo nele, João 3: 18,36. Nesta condição, ele está ajnapolo ghtov, - sem motivo, sem desculpa, por qualquer coisa dentro de si mesmo, para seu próprio alívio; Sua "boca está calada", Romanos 3:19. Pois ele é, no julgamento de Deus, declarado na Escritura, sugkekleisme nov aJmarti an, Gálatas 3:22, - de todos os sentidos "calado sob o pecado" e todas as consequências disso. A muitos males nesta condição são sujeitos aos homens, que podem ser reduzidos aos dois dos nossos primeiros pais, nos quais eles estavam representados. Pois, primeiro, eles pensaram tolamente em se esconder de Deus; e, mais insensatamente, o teriam acusado como causa de seu pecado. E, naturalmente, são os pensamentos frequentes em suas convicções. Mas quem é o sujeito da justificação perguntada, é, por vários meios, trazido às suas apreensões e que clama:

"Senhores, o que devo fazer para ser salvo?" 2. Com respeito a este estado e condição de homens, o inquérito é: "O que está sobre a conta de que Deus perdoa todos os seus pecados, recebe-os em seu favor, declara ou pronuncia-os justos e absolvidos de toda culpa, remove a maldição e afasta toda a sua ira deles, dando-lhes direito e título a uma benção, imortalidade ou vida eterna?" Isto é a única coisa com que se preocupam as consciências dos pecadores nesta propriedade. Nem eles perguntam sobre qualquer coisa, senão o que eles podem ter para se opor ou responder à justiça de Deus nos mandamentos e maldições da lei, e o que eles podem fazer para terem aceitação com ele para a vida e a salvação. Que o apóstolo faz assim, e de outra forma, declara toda essa questão e, em uma resposta a esta indagação, declara a natureza da justificação e de todas as suas causas, nos terceiro e quarto capítulos da Epístola aos Romanos, e em outros lugares, será posteriormente declarado e provado. E também manifestaremos que o apóstolo Tiago, no segundo capítulo de sua epístola, não fala sobre este inquérito, nem responde a ele; mas é de justificação em outro sentido, e para outro propósito, do que ele trata. E, ao contrário, não podemos tratar com segurança ou utilidade desta doutrina, senão com respeito aos mesmos fins para os quais é declarada e para os quais é aplicada na Escritura, não devemos, por qualquer pretexto, ser desviados de atender a este caso e à sua resolução,

em todos os nossos discursos sobre este assunto; pois é a direção, a satisfação e a paz das consciências dos homens, e não a curiosidade das noções ou da sutileza das disputas, que é nosso dever designar. E, portanto, eu devo, tanto quanto eu possivelmente possa, evitar todos esses termos filosóficos e distinções com que essa doutrina evangélica tenha sido usada para causar perplexidade e não ser ilustrada; para que mais peso seja colocado na orientação constante da mente e da consciência de um crente, realmente exercitado sobre o fundamento de sua paz e aceitação com Deus, do que na confusão de dez disputadores. 3. Agora, o inquérito, em que conta, ou por que motivo, um homem pode ser tão absolvido ou dispensado do pecado, e aceito com Deus, como antes declarado, necessariamente emite isso: "Se é alguma coisa em nós mesmos, como nossa fé e arrependimento, renovação de nossas naturezas, hábitos de graça inerentes e obras reais de justiça que fizemos ou podemos fazer? Ou se é a obediência, a justiça, a satisfação e o mérito do Filho de Deus nosso mediador e garantia da aliança que nos foi imputada." Um desses deve ser, isto é, algo que é nosso, que, seja qual for a influência da graça de Deus para isso, ou causalidade disso, porque operada em nós e por nós, é inerentemente nossa em um sentido próprio; ou algo que, não sendo nosso, nem inerente a nós, nem forjado por nós, ainda é imputado a nós, para o perdão de nossos

pecados e para a aceitação de nossas pessoas como justas, ou para nos tornar justos à vista Deus. Nem estas coisas são capazes de mistura ou composição, Romanos 11: 6. Qual destes é o dever, a sabedoria e a segurança de um pecador convicto de confiar, no seu comparecimento diante de Deus, é a soma da nossa pergunta atual. 4. O caminho pelo qual os pecadores devem se conduzir a esse alívio, supondo que seja a justiça de Cristo, e como eles sejam participantes ou interessados, o que não é inerentemente seu próprio, tão bom benefício e com tanta vantagem como se fossem seus, é de uma consideração distinta. E como isso também está claramente determinado na Escritura, então é reconhecido na experiência de todos aqueles que realmente acreditam. Também não nos importava muito em considerar os sentidos ou a argumentação de homens que nunca foram completamente convencidos do pecado, nem sempre em suas próprias pessoas "fugiram para o refúgio para a esperança que lhes foi proposta". 5. Essas coisas, eu digo, devem sempre ser atendidas, em toda a nossa inquirição sobre a natureza da justificação evangélica; pois, sem um respeito constante a elas, rapidamente nos erguemos em perguntas curiosas e perplexantes, em que as consciências dos pecadores culpados não estão preocupadas; e que, portanto, realmente não pertencem à substância ou à verdade desta doutrina, nem devem ser imigrados com ela. É só para o alívio daqueles que são em si mesmos

"hupodikoi tooi Theoo", - culpados diante, ou desagradável e passível do julgamento de Deus, - que nos dirigimos. Isso não é nada em si, nem pode ser assim, que é uma provisão sem eles, feita em infinita sabedoria e graça pela mediação de Cristo, sua obediência e sua morte, - está garantida na Escritura contra toda contradição; e é o princípio fundamental do evangelho, Mateus 11:28. 6. É confessado que muitas coisas, para a declaração da verdade e a ordem da dispensação da graça de Deus, devem ser insistidas aqui, tais como a natureza da fé justificadora, o lugar e uso dela na justificação e as causas da nova aliança, a verdadeira noção de mediação e certeza de Cristo, e coisas semelhantes; em que todos devem ser indagados. Mas, além do que tende diretamente à orientação das mentes e da satisfação das almas dos homens, que buscam um fundamento estável e permanente de aceitação com Deus, não devemos abordar, a menos que possamos perder o benefício e o conforto desta verdade evangélica mais importante por falta de argumentos claros e não lucrativos. E, entre muitos outros desvios espontâneos a que estamos sujeitos, enquanto estamos familiarizados com essas coisas, isso, de maneira especial, deve ser evitado. 7. Porque a doutrina da justificação é diretiva da prática cristã, e em nenhuma outra verdade evangélica devemos estar mais preocupados para toda a nossa obediência; para a base e os motivos de todo o nosso dever em relação a Deus que estão nele

Obrigado por visitar este ebook!

Você pode ler a versão completa deste ebook em diferentes formatos:

- HTML (Grátis / disponível para todos os usuários).
- PDF / TXT (Disponível para membros VIP. Membros com uma inscrição básica podem acessar até 5 ebooks em formato PDF / TXT durante o mês).
- Epub e Mobipocket (Exclusivo para membros VIP).

Para baixar esse livro completo, basta selecionar abaixo o formato desejado:

